



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS I
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA

DIEGO DA HORA NASCIMENTO
LEONARDO LOPES PINTO

CONTRIBUIÇÕES DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O TURISMO EM
NAZARÉ DAS FARINHAS-BA: a cultura da mandioca em evidência

SALVADOR
2022

DIEGO DA HORA NASCIMENTO
LEONARDO LOPES PINTO

CONTRIBUIÇÕES DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O TURISMO EM
NAZARÉ DAS FARINHAS-BA: a cultura da mandioca em evidência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas I (DCH-I), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Natalia Silva Coimbra de Sá
Coorientadora: Carla Oliveira Brito

SALVADOR
2022

DIEGO DA HORA NASCIMENTO
LEONARDO LOPES PINTO

CONTRIBUIÇÕES DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O TURISMO EM
NAZARÉ DAS FARINHAS-BA: a cultura da mandioca em evidência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas I (DCH-I), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Aprovado em ____/____/____

Banca examinadora

Natalia Silva Coimbra de Sá – UNEB (Orientadora)
Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA)

Carla Oliveira Brito – UFBA (Coorientadora)
Mestranda em Geografia (UFBA)

Carmen Lúcia Castro Lima – UNEB
Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA)

Lúcia Maria Aquino de Queiroz – UFRB
Doutora em Planificação Territorial Desenvolvimento Regional (Universidade de
Barcelona)

RESUMO

O estudo expõe a cultura da mandioca em Nazaré das Farinhas-BA, com base na sua história, construção social e identidade. Apresenta-se a Indicação Geográfica (IG) e suas possibilidades para o desenvolvimento econômico e social no destino através do selo de distinção, seja pelo serviço ou pelo produto registrado, tendo como foco principal as contribuições do mesmo para o turismo. Diante dos três pilares que sustentam o estudo, o município de Nazaré, a Indicação Geográfica e o turismo, a pesquisa se desenvolve com o objetivo de apresentar a Indicação Geográfica da Farinha de Copioba como possibilidade de fomento do desenvolvimento turístico em Nazaré das Farinhas-BA. A natureza da pesquisa é básica, exploratória, tendo seguido os procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental, levantamento, observação e pesquisa de campo. Entendeu-se que Nazaré das Farinhas-BA tem o maior destaque dentre as localizações presentes no projeto de IG da Farinha de Copioba, pelos seus aspectos históricos, identitários e estruturais, gerando assim possibilidades reais para estimular o planejamento e posterior desenvolvimento da atividade turística no destino.

Palavras-chave: Nazaré das Farinhas-BA. Indicação Geográfica. Turismo. Farinha de Copioba.

ABSTRACT

The study exposes the manioc culture in Nazaré das Farinhas-BA, based on its history, social construction, and identity. The Geographical Indication (GI) and its possibilities for economic and social development in the destination are presented through the seal of distinction, either for the service or for the product, with a focus on its contributions to tourism. Considering the three pillars that support the study, the municipality of Nazaré, the Geographical Indication and tourism, the research is developed with the objective of presenting the Geographical Indication of Flour of Copioba as a possibility to promote tourist development in Nazaré das Farinhas-BA. The nature of the research is basic, exploratory, having followed the procedures of bibliographic, documentary, survey, observation, and fieldwork. It was understood that Nazaré das Farinhas-BA has the greatest prominence among those located in the GI project of Farinha de Copioba, due to its historical, identity and structural aspects, thus generating real possibilities to stimulate the planning and subsequent development of the tourist activity at the destination.

Keywords: Nazaré das Farinhas-BA. Geographical Indication. Tourism. Flour of Copioba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Respostas da pesquisa virtual por Estado	12
Gráfico 1 – Distribuição das Indicações Geográficas no Brasil	22
Quadro 1 – Categorização municípios turísticos da BTS	26
Quadro 2 – Nazaré através do olhar da turismóloga da cidade.....	28
Figura 1 – Parte dos atrativos turísticos da zona urbana de Nazaré-BA	29
Figura 2 – Placa e mapa de sinalização turística em Nazaré-BA	30
Figura 3 – Plantação de mandioca Fazenda Tijuca	31
Figura 4 – Processos na casa de farinha e equipamentos manuais em desuso	32
Fluxograma 1 – A cultura da mandioca na subsistência familiar rural	32
Gráfico 2 – Consumidores e frequência de consumo da farinha de mandioca	33
Gráfico 3 – Memória da cidade com farinha de mandioca de qualidade	34
Tabela 2 – Cultura da mandioca, IG e turismo	35
Fluxograma 2 – Dificuldades para registro da IG da Farinha de Copioba	36
Fluxograma 3 – Processos positivos do registro da IG da Farinha de Copioba	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BTS – Baía de Todos os Santos

DO – Denominação de Origem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG – Indicação Geográfica

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IP – Indicação de Procedência

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTUR – Ministério do Turismo

OMC – Organização Mundial do Comércio

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

TRIPs – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA.....	10
3 A CULTURA DA MANDIOCA EM NAZARÉ DAS FARINHAS-BA	14
4 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG): BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÃO.....	19
5 O TURISMO COM BASE NAS POSSIBILIDADES GERADAS PELA IG	24
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
6.1 O atual cenário da IG da Farinha de Copioba e possibilidades turísticas para a região.....	36
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – Mapa das Indicações Geográficas no Brasil	47
APÊNDICE B – Entrevista presencial Turismóloga	48
APÊNDICE C – Entrevistas remotas sobre a IG.....	49
APÊNDICE D – Entrevista presencial zona rural de Nazaré-BA	50
APÊNDICE E – Questionário online Google Forms.....	51
ANEXO 1 – Mapa das 13 Zonas Turísticas do Estado da Bahia	54

1 INTRODUÇÃO

No âmbito do turismo apresentam-se os chamados atrativos turísticos, definidos por Ignarra (2013) como recursos naturais ou culturais que atraem os turistas e visitantes para o destino. Como atividade econômica, os atrativos do turismo atuam nos destinos com diversas características, sendo elas categorizadas como segmentações da atividade tais como lazer, cultura, religião, natureza, dentre outros.

Em Nazaré da Farinhas-BA, o sentido de atratividade está presente em seus edifícios históricos, na sua zona rural, em paisagens e na cultura. Em atual baixo fluxo turístico, o município busca evidenciar o destino tendo como propulsão a cultura da mandioca, sendo a mesma atrelada à Indicação Geográfica de Procedência voltada para a Farinha de Copioba, na qual o município de Nazaré-BA ganha destaque pela sua relevante história em relação ao tema e por sua identidade, presente na memória coletiva, quando se trata de farinha de mandioca de qualidade.

Nesse sentido, o presente estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: a Indicação Geográfica da Farinha de Copioba pode estimular o turismo em Nazaré das Farinhas-BA? O objetivo geral consistiu em apresentar a Indicação Geográfica da Farinha de Copioba como possibilidade de fomento do desenvolvimento turístico em Nazaré das Farinhas-BA. E, para tanto, foram definidos como objetivos específicos: a) fundamentar a Indicação Geográfica (IG) e descrever um breve histórico da mesma; b) explicitar a importância da cultura da mandioca em Nazaré, passada de geração em geração, e presente na agricultura familiar; c) refletir sobre o processo de IG da Farinha de Copioba e suas oportunidades para o turismo, com destaque para Nazaré-BA, apresentando os resultados de pesquisa.

A metodologia consistiu em pesquisas bibliográficas e documentais sobre os temas centrais do estudo, além de visitas realizadas a Nazaré, utilizando como procedimentos de campo entrevistas e observação direta para levantamento de dados empíricos. Outros meios de coleta foram realizados remotamente, com aplicação de questionário *online* e entrevistas com gestores e estudiosos ligados ao processo da IG da Farinha de Copioba e à própria cultura da mandioca.

Para alcançar os objetivos inicialmente são expostas no marco teórico discussões sobre a cultura da mandioca e sua construção na cidade de Nazaré, o conceito de Indicação Geográfica, contendo aspectos históricos, processo de legalização internacional e nacional, relação dessa questão com o turismo, e alguns

exemplos de sucesso para a atividade econômica em questão, em especial quando firmado um registro de IG e sua contribuição para os destinos turísticos.

Logo após, segue a apresentação dos resultados, onde se discorre sobre os atrativos turísticos de Nazaré e as práticas associadas à cultura da mandioca na agricultura familiar da zona rural, utilizando como fontes os levantamentos e observações de campo, as entrevistas realizadas e os resultados do questionário *online*.

Posteriormente, segue-se com as questões relacionadas à Indicação Geográfica e os processos atuais para o registro do selo e suas prováveis contribuições ao turismo local, assim como o planejamento para organização da atividade. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Como contribuição, a pesquisa busca expor a importância do registro da IG da Farinha de Copioba para a valorização da cultura, do bem imaterial, da memória e da identidade da região contemplada pelo projeto, principalmente do município de Nazaré-BA. Esta localidade é reconhecida por sua grande notoriedade no que se refere ao objeto do estudo desenvolvido, planteando assim, academicamente, associar aspectos teóricos a partir do estudo do tema, também com papel contribuidor ao desenvolvimento da região, afirmando o legado histórico, social, cultural e econômico da cultura da mandioca, possibilitando desdobramentos em atividades importantes no mercado, tais como o fomento turístico e o seu planejamento no destino aqui destacado.

2 METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa básica, tendo um objetivo de natureza exploratória, que retrata a busca por um aprimoramento de ideias e uma maior familiaridade com o tema estudado, portanto, envolve quase sempre levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (GIL, 2002). Os procedimentos técnicos utilizados foram de pesquisas documental e bibliográfica, definidas por Marconi e Lakatos (2003) como fontes primárias e fontes secundárias, respectivamente, que auxiliam no levantamento de dados da pesquisa, através de livros, artigos, publicações e matérias diversas voltadas para o tema em questão.

Após compreensão do marco teórico do estudo, passou-se para a etapa de pesquisa de campo no município de Nazaré-BA e também de contatos virtuais com estudiosos envolvidos no processo de Indicação Geográfica (IG) da Farinha de Mandioca do Vale do Copioba e com o turismo na região. Segundo Gil (2002), o levantamento busca identificar de maneira geral as características do estudo através de interrogação direta das pessoas, já a pesquisa de campo permite o estudo da comunidade, estrutura social e de seus componentes, sempre utilizando a técnica de observação destes espaços.

O formato *online* em grande parte das entrevistas e coletas se deu por conta das precauções tomadas em meio ao atual momento de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), iniciada em 2020. Todavia, com a diminuição dos casos registrados e flexibilidade no deslocamento intermunicipal no Estado da Bahia, outrora não permitido de maneira legal, foi possível realizar visitas nas zonas rural e urbana do município de Nazaré-BA. Dessa forma, os elementos de levantamento, observação e pesquisa de campo também fizeram parte do estudo, que contou ainda com um questionário *online* e entrevistas de modo híbrido (*online* e presencial), sendo as presenciais realizadas no município objeto do estudo.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, que apresenta preocupação com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando as ações da pesquisa na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A pesquisa conta com ilustrações como tabela, quadros, mapas e gráficos, além de fotografias registradas pelos autores.

A entrevista presencial na zona urbana de Nazaré-BA aconteceu no dia 23 de maio de 2022, na sede da Secretaria de Cultura e Turismo do município, no prédio dos Arcos, onde a turismóloga da cidade, Sra. Andreia Souza, foi entrevistada pelos dois autores, sendo solicitada e autorizada a gravação de áudio. Foram predefinidos 10 temas (APÊNDICE B) e explanados pela entrevistada livremente à medida que foram postos em diálogo. No mesmo dia ocorreu uma visita à cidade, com observação de campo e registros fotográficos da zona urbana, além de conversas informais com autóctones no intuito de levantar mais dados sobre o município de modo geral. É válido destacar a hospitalidade e cordialidade de todos do município para com os pesquisadores e visitantes.

As entrevistas com a Professora Tânia Sousa, Gerente da Indústria e Comércio, e com o Gerente de Agricultura de Nazaré, Sr. Edson Nascimento Filho, ambos gestores ligados ao processo de Indicação Geográfica (IG) da Farinha de Mandioca do Vale do Copioba, ocorreu de maneira simultânea por meio da plataforma do *Google Meet*, no dia 30 de maio de 2022. Outra entrevista realizada de maneira virtual através da mesma plataforma ocorreu no dia 02 de junho do mesmo ano, com o Professor Ednilson da Silva Andrade, Bacharel em Turismo com especialização em Gestão de Pessoas, Gestão Ambiental e Gastronomia, e atual mestrando, tendo como estudo as Casas de Farinha com produção de Farinha de Copioba e sua análise no contexto do Turismo Rural. Nas entrevistas, tendo os próprios autores como entrevistadores, e gravadas em áudio após permissão dos envolvidos, foram aplicadas as mesmas questões (APÊNDICE C), visto que, todos os entrevistados estão envolvidos de alguma maneira no processo de IG voltado para a região, como destacado anteriormente. Assim, são apresentados nos resultados da pesquisa registros pontuais dos posicionamentos dos entrevistados como forma de garantir um diálogo técnico e prático sobre o tema estudado.

A pesquisa de campo na zona rural do município de Nazaré-BA, a cerca de 13km da zona urbana – sendo o acesso possível via 10km em rodovia pavimentada e 3km em estrada de chão –, foi realizada em carro da Secretaria de Cultura e Turismo e acompanhando por um representante da mesma. A visita aconteceu no dia 01 de junho de 2022, na Fazenda Tijuca, Sítio São Roque, na Casa de Farinha do Sr. Edvaldo Conceição do Nascimento. Neste encontro, tendo o intuito de aproximação maior com o objeto estudado, foi realizada observação direta e registros fotográficos da casa de farinha e da área de plantio. Além disso, realizou-se uma entrevista com

questões predefinidas (APÊNDICE D), gravada em áudio com o senhor Val, como é conhecido na região, buscando uma visão mais profunda do processo cultural propulsor deste estudo, sendo todas as gravações e registros fotográficos autorizados previamente pelo próprio entrevistado.

Outro meio de coleta de dados foi um questionário *online* via *Google Forms*, aberto ao público geral e divulgado por meios de redes sociais, com 12 questões, sendo apenas uma de resposta aberta e as demais de múltipla escolha (APÊNDICE E). O instrumento teve como objetivo verificar ou não o reconhecimento de Nazaré-BA em relação à produção de farinha de qualidade através da memória das pessoas, a intenção da realização de atividade turística no local e a percepção em relação à expansão dos temas sobre IG e cultura da mandioca. O questionário ficou disponível do dia 26 de maio até 04 de junho de 2022, obtendo 142 respostas. A tabela 1 apresenta o número de respostas por Estado.

Tabela 1 – Respostas da pesquisa virtual por Estado

Estado	Pessoas
Bahia	132
Minas Gerais	1
Pará	1
Paraná	2
Rio de Janeiro	3
Rio grande do Sul	1
Exterior	2

Elaboração: Próprios autores (2022)

A estratégia de coleta de dados descrita teve papel crucial para a pesquisa. A entrevista com a Andreia foi necessária para entender a visão da mesma sobre a prática da atividade turística na cidade, além dos principais eventos e atrativos existentes. As entrevistas com os pesquisadores, professores e gestores envolvidos no processo da IG da Farinha de Copioba tiveram o intuito de buscar informações sobre o processo da IG, destacando as principais dificuldades e oportunidades em relação aos municípios envolvidos e ao destaque de Nazaré dentre todos eles, além de entender o andamento do processo de registro. Com a entrevista na zona rural foi possível registrar o círculo da cultura da mandioca e afirmar seu valor histórico-cultural através das pessoas envolvidas diretamente no processo. O questionário de pesquisa *online* apresenta-se como um complemento de uma visão externa, pois, através de uma pesquisa totalmente aberta ao público, buscou-se entender a real notoriedade

identitária entre Nazaré-BA e a farinha de qualidade, dos temas envolvidos neste estudo, IG e cultura da mandioca, além de identificar o possível interesse das pessoas que participaram voluntariamente da pesquisa em realizar uma atividade turística agregando o tema de estudo ao destino.

Posterior as fundamentações teóricas, a pesquisa seguirá com a devida apresentação dos dados coletados em forma de resultados destacando os pontos relacionados aos temas sobre a cultura da mandioca, IG e turismo, seguidos de considerações finais e procedimentos pós-textuais, tais como referências, anexos e apêndices.

3 A CULTURA DA MANDIOCA EM NAZARÉ DAS FARINHAS-BA

O Brasil registra em sua história um passado de invasão e explorações, que perpassam por retiradas de matérias primas locais, extermínio de povos originários, uso de força humana de maneira escrava, dentre outros aspectos perversos. Porém, a resistência de povos e a construção histórica por trás de todas as regiões do país, apresentam elementos importantes que acompanham o cotidiano do povo brasileiro até os dias atuais.

Um dos aspectos mais importantes, porém, pouco lembrados e evidenciados, são os saberes dos povos originários, conhecidos como indígenas, que contribuíram com suas relações referenciais com a natureza e tudo que a mesma pôde oferecer-lhes. Neste sentido, Rodrigues (2017, p. 70) afirma que “Talvez o caso mais antigo seja o da mandioca e da farinha produzida a partir dela, apropriadas pelos europeus desde o século XVI”. Afinal, a Mandioca (*manihot esculenta crantz*), é uma raiz altamente tóxica, o que significa que sua ingestão de maneira direta e sem o processamento adequado, pode levar o consumidor a óbito.

A raiz da mandioca contém glicosídeos cianídricos. Se a planta é machucada por inimigos que a devoram, os glicosídeos cianídricos entram em contato com enzimas especiais da planta e o ácido cianídrico altamente venenoso é liberado. Por causa da toxicidade, a planta, cuja raiz é muito rica em amido nutritivo, tem poucos inimigos. A maioria dos animais e também a maioria dos insetos a deixam em paz (SOENTGEN; HILBERT, 2016, p. 1145).

A mandioca tornou-se um produto alimentício por conta do conhecimento indígena que, através de técnicas elaboradas, conseguiram desintoxicar a planta com a finalidade de consumi-la sem o perigo de envenenamento. Segundo Soentgen e Hilbert (2016), existiam vários procedimentos usados pelos indígenas para a desintoxicação da planta, porém, o mais comum era o de transformar a raiz em uma farinha torrada muito nutritiva. Para isso era necessário expor a raiz da planta por alguns dias em um riacho até começar uma fermentação ácida de maneira leve causando diversos efeitos no produto, o que leva a liberação do ácido cianídrico. Por fim, as cascas da raiz eram removidas tornando a mesma apta para consumo. As mulheres indígenas eram as responsáveis por todo este processo, posteriormente finalizado com as mandiocas sendo raladas, transformando-as em uma farinha grossa e úmida.

Rodrigues (2017) destaca que, com a real constatação da possibilidade de processar a mandioca, através da técnica criada pelos indígenas, a farinha da raiz adentrou no consumo alimentar de todos os envolvidos na colonização e manteve-se à mesa, registrando assim, além de um produto com índices expressivos de exportação, um consumo interno cada vez maior da farinha de mandioca. Esta se tornou um importante produto de subsistência, principalmente para famílias com menos recursos financeiros, levando assim ao que entendemos hoje como a cultura da mandioca.

Faz-se necessário destacar dois aspectos importantes em relação à cultura da mandioca. O primeiro deles refere-se ao próprio uso da palavra cultura, que aqui não indica tão somente o fato de cultivar a terra, mas sim a identidade, a memória e a tradição de um povo, elementos essenciais, integrados entre si, como forma de expressão cultural no presente de algo construído no passado. “A memória vincula-se à tradição, à presença do passado. Precisa ser constantemente alimentada, transmitida, para que se mantenha, para que não se perca nas discontinuidades da contemporaneidade” (JESUS, 2010, p. 4).

Desta forma, a construção da cultura perpassa pelo desenvolvimento desses elementos em cada povo.

[...] cada local e povo tecem sua cultura de acordo com suas necessidades e experiências, e a transmitem para as gerações seguintes num processo contínuo e dinâmico. Assim, podemos dizer que o ser humano está amarrado às suas próprias teias culturais, tecidas por ele mesmo. Desse modo, os homens publicamente produzem e estabelecem sentidos, significados para suas ações e práticas (FERREIRA, 2014, p. 39).

Almeida e Gutierrez (2004, p. 49), indicam que “cultura é uma palavra que se aplica tanto a uma comunidade desenvolvida do ponto de vista técnico ou econômico, como às formas de vida social mais rústicas e primitivas”. Sendo assim, as ações identificadas em grupos, como seus conjuntos de tradições, técnicas, valores e conhecimentos passados de geração em geração fazem parte da cultura construída, desenvolvida e disseminada pelos mesmos. Em contribuição à definição, Pelegrini e Funari (2008, p. 12) afirmam que “A cultura consiste, pois, em transmitir valores adquiridos pela experiência de determinado grupo humano. Difere, portanto de um grupo a outro”. Com isso, percebe-se a cultura como algo que identifica um grupo, um local, uma comunidade, um povo.

O segundo aspecto está na identificação da cultura da mandioca como patrimônio, afinal, esta se apresenta justamente como forma de registrar a importância antepassada do alimento e dos procedimentos realizados pelos povos indígenas e sua representatividade. Guimarães (2016) defende a ideia de patrimônio brasileiro em relação à prática indígena em questão e, para tal, o mesmo resgata a Constituição de 1988, afirmando ser a mesma um instrumento importante de reconhecimento da diversidade cultural e de garantia do dever de o Estado proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e de todos os grupos que participaram dos processos civilizatórios do Brasil. O Art. 216, localizado na Seção II, da Constituição Federal de 1988, referente à Cultura, indica que o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens de natureza material e imaterial que possuem como portador de referência características ligadas à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que fazem parte da formação social do Brasil, destacando os modos de criar, fazer e viver como um dos traços relevantes na nomeação dos patrimônios nacionais (BRASIL, 1988).

Com isso, esta cultura, iniciada tempos atrás pelos povos originários, representa um patrimônio imaterial da cultura brasileira que, mesmo não tendo a sua merecida notoriedade, possui uma longa relação com o povo brasileiro “[...] levando em conta a manutenção por parte dos agricultores e agricultoras, sobretudo na agricultura familiar, de princípios básicos que estão presentes na agricultura tradicional de povos indígenas” (GUIMARÃES, 2016, p. 2).

Avila (2009) ressalta que os bens de natureza imaterial fazem parte da constituição de patrimônio cultural brasileiro em referência à memória, à identidade e à ação dos grupos formadores da sociedade, incluindo assim as expressões, os modos criativos, a arte, a tecnologia, as manifestações que são representadas através da música, da religiosidade, da gastronomia e dos costumes. Ou seja, o patrimônio imaterial está inserido na comunidade de modo intangível, mas exibe a sua importância através da construção de um povo, registrado na sua memória e reafirmado em sua identidade.

No caso da mandioca e seus aspectos culturais desenvolvidos pelos povos indígenas, tal representatividade está na própria construção da sociedade brasileira, afinal, a mandioca se faz presente no decorrer da história do Brasil e permanece na mesa dos brasileiros nos dias atuais e com uma diversidade cada vez maior, pela quantidade de subprodutos que podem ser produzidos através da raiz. Mesmo que

tamanha representatividade não seja de fato reconhecida, a sua importância não pode ser negada, principalmente nas relações entre os pequenos produtores rurais que, seguindo os ensinamentos indígenas antepassados, mantêm o cultivo da raiz como fonte de renda e alimentação de subsistência.

A Bahia, estado berço da formação do Brasil, tem uma relação direta com a mandioca e suas representatividades culturais. De acordo com Silva (2014), o cultivo da mandioca na Bahia e, principalmente, a produção da farinha, compreende uma tradição, sendo o Recôncavo Baiano a região com maior e mais destacada produção de farinha.

Azevedo (1950, p. 142), explica que o Recôncavo Baiano “Corresponde às terras situadas em torno da grande chanfradura existente no litoral da Bahia, que forma a Baía de Todos os Santos”. O território Rural do Recôncavo-BA, também denominado como Território de Identidade do Recôncavo, é composto por dezenove municípios: Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Saubara, Varzedo, Cachoeira, Conceição do Almeida, São Félix, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu (BAHIA, 2017). Nesse território estão localizados, entre o Vale do Copioba, os municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré, onde a produção de uma farinha com as qualificações de sabor diferenciado, levemente amarelada, crocante e fina, chamada Farinha de Copioba, ganha notoriedade e preferência entre os consumidores.

Dentre os municípios com produção ativa de Farinha de Copioba no Recôncavo Baiano, Nazaré – que de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado em 2010, possui uma população estimada de 27.274 habitantes (IBGE, 2010) –, destaca-se em qualidade e tradição.

Castellucci Júnior (2009) sinaliza que o município, localizado no centro sul do Recôncavo, às margens do Rio Jaguaripe, abrigou os primeiros grandes engenhos de açúcar da Bahia ainda no período da colonização. Além disso, na primeira década do século XIX, Nazaré era um dos maiores centros de escoamento da produção de cereais, frutas, animais, louças, minérios e novas áreas estavam sendo abertas para plantação de mandioca. Ainda segundo o autor, Nazaré se especializou, nesse período, na produção de farinha através da raiz da mandioca, que é considerada, ainda hoje, uma das melhores do Brasil. Uma farinha muito fina, chamada de Copioba, que deu à cidade o seu nome popular de Nazaré das Farinhas.

Desde o início do século XIX, a região do Recôncavo Baiano é importante produtora de farinha de mandioca. Nesse período, Nazaré ficou conhecida como 'Nazaré das Farinhas', devido à qualidade de sua farinha e a ser o local de escoamento desse produto, em função do porto e ferrovia que existiam na cidade. (EMBRAPA, 2016, n.p)

Nazaré das Farinhas-BA é apresentada pelas suas relações com o trabalho, principalmente os rurais que, mesmo após o período escravocrata, permaneceu tendo a agricultura como principal atividade econômica local. Pessoas egressas do cativeiro continuaram no meio rural nas condições de posseiros, rendeiros e meeiros (CASTELLUCCI JUNIOR; SOUZA; BARRETO, 2016). Estes últimos eram pequenos produtores que moravam com suas famílias em fazendas de grandes proprietários e tinham como pagamento parte da produção rural ali existente, sendo que grande parte dessa produção era a plantação de mandioca e a posterior transformação da mesma em farinha nas chamadas casas de farinha, onde a produção é feita de modo artesanal com mão de obra familiar e/ou comunitária.

Seguindo os valores dos povos originários, percebe-se uma reafirmação da cultura da mandioca em Nazaré das Farinhas-BA como meio de subsistência e patrimônio cultural, afinal, continuam na memória coletiva das gerações que viveram e vivem os seus processos, trazendo assim o aspecto histórico-cultural como forma de identificação da localidade, hoje reconhecida e facilmente lembrada quando o assunto é farinha de qualidade e tradicional.

Diante de toda a representatividade de produção histórica e cultural, percebe-se uma reunião de características importantes entre o município e o produto em si que contribuem para a inserção dos mesmos no programa de Indicação Geográfica do país, o que acarretaria uma série de benefícios para o destino, além do alcance de uma devida notoriedade.

4 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG): BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÃO

Indicação geográfica (IG) é um signo ou selo de distinção concedido a determinados produtos ou serviços através de meios legais, tendo como objetivo a sua identificação e destacando seus respectivos territórios de origem. A representação com o signo da IG designa que as características essenciais de qualidade ou reputação daquilo que foi indicado são diretamente ligadas à origem do seu território (BRASIL, 1994).

As características vinculadas às regiões que produzem esses produtos e serviços são dadas através de qualidades ambientais específicas, como a geografia do local, o solo e o clima, ou através do saber tradicional desenvolvido por um povo e passado entre gerações, determinando assim uma evidenciação do aspecto cultural, ou seja, duas perspectivas são apontadas, as ligadas aos meios naturais e as representadas por fatores humanos (BRANCO et al., 2013).

Na evolução histórica, as indicações geográficas e as marcas se encontraram e, até certo ponto, confundiram-se. Desde a Antiguidade são observadas indicações de produtos para destacar as diferentes origens das produções, como os tecidos de Mileto e o bronze de Corinto, ambas as cidades localizadas na Grécia, ou ainda o mármore de Carrara, pertencente à região da Toscana na Itália, visando principalmente a identificação de um produto com qualidade e o diferenciando na comercialização. Assim, há uma marca de origem, no intuito de responsabilizar os produtores nos casos em que os produtos fabricados pelos mesmos não condiziam com as boas práticas pré-estabelecidas (BRANCO et. al, 2013; MAIORKI; DALLABRIDA, 2014).

O produto que marcou a evolução das IGs foi o vinho e o motivo maior foi, principalmente, a falsificação deste produto. O vinho do Porto, produzido em Portugal e com grande notoriedade de comercialização fora do país em meados do século XVIII, estava sendo vítima de inúmeras cópias falsificadas do uso de sua marca em vinhos que não correspondiam com a origem portuguesa. Sendo assim, o Primeiro-Ministro do Reino de Portugal, procurado pelos produtores de vinho do Porto, e identificando um cenário prejudicial do fato em relação à exportação do produto, decidiu diferenciá-lo no mercado com o objetivo de proteger a marca. Assim, tudo foi registrado, tais como as regras de produção, a delimitação da área de produção e as características específicas do vinho do Porto, tendo o auxílio dos produtores locais e

iniciando assim uma série de contribuições legais sobre o tema (CERDAN et al., 2014).

Convenções, fóruns e estratégias foram criados, implantados e assinados em acordos, com o objetivo de coibir as falsas indicações, buscando a proteção dos produtos legítimos. Passados mais de vinte anos após a Segunda Guerra Mundial, alguns avanços foram alcançados em relação às indicações geográficas, dentre elas o acordo de Lisboa, relativo à proteção das denominações de origem. Foi determinado, pela primeira vez, a origem como denominador de representação de um produto que se destaca pelas suas qualidades e características em meio aos demais, agregando os fatores humanos e naturais. O acordo também manteve reconhecidas as indicações de procedência já sinalizadas no período anterior à guerra pelo acordo de Madrid, firmado em 1891. Poucos países aderiram ao acordo pós-guerra de Lisboa, todavia, a abertura de debates e o período da prosperidade econômica através do comércio, conhecido como a Era do Ouro (1947 a 1970) contribuíram para reafirmar a notoriedade do assunto. (CERDAN et al., 2014). Todavia, apenas no ano de 1994, após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), surgiu o marco legal com mais força sobre o tema de proteção das propriedades, o que gerou uma aplicabilidade da ação da IG como uma ferramenta de identificação e proteção de um produto com origem de um território que determine a sua qualidade e/ou reputação, sendo essencial para diferenciar o mesmo no mercado, uma segurança maior ao consumidor e uma representação fiel dos aspectos culturais e naturais inerentes aos produtos. (CERDAN et al., 2014; MAIORKI; DALLABRIDA, 2014)

No Brasil, o Decreto Presidencial nº. 1.355, de 30 de dezembro de 1994, regulamentou a IG no país aprovando o acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, conhecido como acordo TRIPs¹ (BRASIL, 1994). De acordo com Cerdan et al. (2014), a partir de 14 de maio de 1996 tem-se uma proteção positiva dos direitos de propriedade industrial, através da Lei nº. 9.279, onde em caráter especial nos artigos de 176 a 182, regulamenta a Indicação Geográfica do Brasil, classificando-a em duas espécies, Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), apresentadas nos artigos 177 e 178 respectivamente.

¹ Abreviação do termo em inglês: *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 1996, n.p).

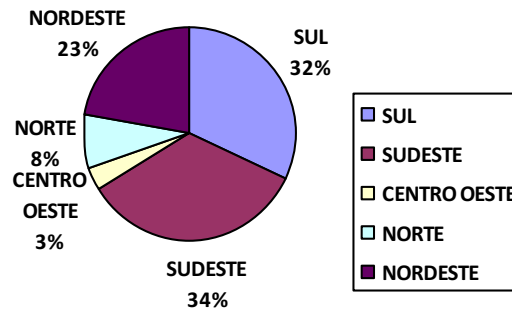
Gurgel (2005) explica que ambas as classificações são diferenciadas no aspecto específico, afinal, a Indicação de Procedência tem seu conceito de excelência e qualidade extremamente ligada ao modo de fazer e não vinculada a uma reunião de fatores locais geograficamente determinantes, elementos estes que caracterizam a Denominação de Origem (DO).

Maiorki e Dallabrida (2014, p. 16) afirmam que “A DO está relacionada com componentes físico-químicos encontrados nos produtos, que, devido às condições geográficas (solo e clima), não poderão ser encontradas em outras regiões [...]”. É nesse aspecto que difere da IP, cujo “diferencial é o modo de produção e o aspecto cultural que o fazem reconhecido como de qualidade diferenciada em relação aos demais” (MAIORKI; DALLABRIDA, 2014, p. 16), sendo esta a mais comum, menos complexa e mais barata das indicações Geográficas no Brasil.

Medeiros e Passador (2015) evidenciam o fato de que a indicação geográfica no Brasil ainda é um tema relativamente novo, levando em consideração que apenas nos anos 2000 iniciaram os primeiros registros de indicação no país. Além disso, o debate mais direcionado aliando a questão com o desenvolvimento de políticas mais aprofundadas surgiu apenas num período ainda mais recente.

Atualmente, as indicações geográficas registradas oficialmente pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) estão presentes em todas as regiões do Brasil, sendo a região centro-oeste a última a ter uma IG reconhecida. O gráfico 1 traz um demonstrativo da distribuição das IGs em porcentagem nas cinco regiões brasileiras.

Gráfico 1 – Distribuição das Indicações Geográficas no Brasil



Fonte: IGBE (2019)
Elaboração: Próprios autores (2020)

Os dados apresentados no gráfico foram retirados do mapa das indicações geográficas de 2019, elaborado em parceria entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através de um acordo de cooperação técnica. Estes apresentam uma hegemonia dos estados localizados na região Sul e Sudeste que, juntos, representam 66% das indicações geográficas do Brasil, sendo Rio Grande do Sul e Minas Gerais os maiores detentores de IG no mapa de registros de indicações de todo o país, com 10 indicações cada. O Nordeste é a região com o terceiro maior número de registros, são 14 indicações geográficas, o que representa 23% do total. Um destaque importante é que, dos nove estados pertencentes à região, apenas o Maranhão ainda não possui registro de IG. É válido evidenciar também que o estado da Bahia tem o maior número de indicações do Nordeste, com quatro representações, sendo que uma delas, o Vale do Submédio São Francisco, com suas produções de frutas, principalmente uvas e mangas, é indicada em compartilhamento com o estado de Pernambuco. O mapa completo das IGs encontra-se no Apêndice A.

Os locais referenciados pelas indicações geográficas registradas beneficiam-se com a proteção de seus produtos ou serviços, fato que também valida a aquisição do mesmo por parte dos consumidores. Porém, além disto, as indicações conseguem também contribuir em diversos outros aspectos ligados ao destino indicado. Chimento (2015), tomando como exemplo o trabalho dos artesãos, destaca a importância da preservação do patrimônio imaterial que pode ser assegurado através da IG.

O autor defende que a ideia de salvaguarda política e o registro de produtos diferenciais com qualidade são ferramentas em prol da preservação das tradições, algo valioso no Brasil, que apresenta a diversidade como elemento essencial de sua história. De acordo com Boechat e Alves (2011) a IG proporciona o desenvolvimento social e econômico da região, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e incremento do turismo.

5 O TURISMO COM BASE NAS POSSIBILIDADES GERADAS PELA IG

A obtenção do signo da IG agrega vantagens que vão muito além do aumento do preço de venda dos produtos ou serviços, é uma valorização da qualidade e de tudo que envolve a mesma, trazendo assim a possibilidade de abertura para novos mercados, sendo o turismo uma das atividades mais valorizadas no setor econômico.

O turismo é tido como um ponto de extrema relevância para o sucesso da IG, uma estratégia de marketing e divulgação dos produtos. É pelo turista que os produtos são levados a outros centros consumidores, que se interessam pelo produto e pela região, indicando-os a outras pessoas. (MAIORKI; DALLABRIDA, 2015, p. 21)

A relação entre o turismo e a IG fortalece o reconhecimento das culturas regionais do território, valoriza a gastronomia local, o modo de produção dos alimentos e as pessoas envolvidas nos processos, criando assim um elo entre a proteção – relacionado também com a distinção do produto, e a divulgação da cultura e do destino, gerando um valor agregado às atividades agrícolas, artesanais e agroindustriais, o que corrobora com a preservação de heranças passadas de gerações em gerações na agricultura familiar impulsionando, por exemplo, a comercialização, valorização e até modernização dos seus processos (NASCIMENTO; NUNES; BANDEIRA, 2012)

O turismo, tendo como base a sua definição, e por apresentar característica de “[...] interação entre o turista e o núcleo receptor e todas as atividades decorrentes dessa interação” (BARRETO, 1991, p. 43), está envolvido com os setores ligados ao mesmo, tais como, transporte, saneamento básico, hotelaria, alimentação, recreação dentre outros. Portanto, para que os benefícios da atividade turística sejam expressivos – para além de impactos negativos que também são gerados, por se tratar de uma atividade econômica –, é preciso realizar o planejamento correto de suas práticas, que vão além da implantação da atividade no local.

Beni (2008) alerta que não basta apenas examinar os planos turísticos para ter o controle da situação, é preciso, outrossim, avaliar e, conseqüentemente, alterar programas e projetos. Dessa forma, importando-se também como a manutenção do andamento dos processos, análises de resultados e posterior investimento correto nas necessidades encontradas, seja na infraestrutura urbana do local, na oferta de novos meios de hospedagem ou até mesmo na qualificação dos envolvidos na prestação dos diversos serviços ligados, direta ou indiretamente, à atividade turística.

Nesse sentido, o Brasil coordena e administra publicamente a atividade turística no país por meio do Ministério do Turismo (MTur), criado em 2003, e tendo como primeiro documento lançado o Plano Nacional de Turismo, voltado para a organização e o desenvolvimento do Turismo no Brasil (SANSOLO; CRUZ, 2003). Dentre os programas criados pelo MTur, principalmente visando o turismo interno, surgiu o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que trabalha com a interação de todas as ações desenvolvidas pelo Ministério do Turismo com estados, regiões e municípios brasileiros que desempenham um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra e/ou produtos destinados a atender o turista.

O programa tem como objetivo principal o apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios, tendo como estratégia de atuação pontos como mapeamento, categorização, formação, fomento à regionalização, comunicação e monitoramento (BRASIL, 2017). Além disso, os municípios presentes no mapa turístico devem ser classificados na categorização do turismo, que é dividida em cinco modalidades: A, B, C, D e E, considerando “A” os municípios que representam maior fluxo turístico, empregos e equipamentos voltados ao turismo, e “E” os municípios turísticos com fluxo de turismo pouco expressivo (BRASIL, 2016).

O estado da Bahia possui 13 zonas turísticas (Anexo 1): Costa das Baleias, Costa do Cacau, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Costa dos Coqueiros, Lagos e Canyons do São Francisco, Vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Caminhos do Sudoeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Oeste, Caminhos do Jiquiraçá e Baía de Todos do Santos (BTS), esta última sinalizada no quadro 1:

Quadro 1 – Categorização dos municípios turísticos da BTS

MUNICÍPIOS	CLASSIFICAÇÃO
SALVADOR	A
ITAPARICA	B
VERA CRUZ	B
CACHOEIRA	C
MARAGOGIPE	C
SALINAS DAS MARGARIDAS	C
SANTO AMARO	C
SAUBARA	C
SIMÕES FILHO	C
CANDEIAS	D
MADRE DE DEUS	D
NAZARÉ	D
SÃO FELIX	D
SÃO FRANCISCO DO CONDE	D
MUNIZ FERREIRA	E
ARATUÍPE	E

Fonte: Ministério do Turismo (2020)

Elaboração: Próprios autores (2020)

As informações do quadro, retiradas do Mapa do Turismo (2019-2021) localizado na página oficial do Ministério do Turismo, indicam a categorização dos 16 municípios turísticos da Zona da Baía de Todos os Santos (BTS), tendo como destaque Salvador, um dos cinco destinos de categoria A de todo o estado da Bahia e um dos principais destinos do Nordeste. Já o município de Nazaré, que está no mapa de regionalização turística desde a criação do programa em 2004, é considerado hoje como município turístico de categoria D, com pouca evolução turística até então.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o destino carece de um interesse político maior fazendo valer o objetivo de descentralização do programa do MTur, uma vez que o mesmo programa de regionalização do turismo continua servindo para planejamento, projetos e divulgação dos destinos já consolidados como Salvador. Percebe-se um desinteresse e uma falha efetiva na elaboração e, conseqüentemente, implementação de meios que permitam, de maneira conjunta, através da cultura do local, do interesse público-privado, da comunidade envolvida e seus aspectos atrativos, como meio de divulgação do destino no âmbito turístico. Algo que pode ser buscado, tendo como fator de contribuição mútua o reconhecimento e posterior

registro do signo de Indicação Geográfica de Procedência da Farinha de Mandioca de Nazaré das Farinhas-BA, visto o destaque do alcance dessa distinção e toda a importância que a mesma oferece ao destino, atrelada à organização social e política do município em relação ao turismo e suas estruturas básicas para a prática da atividade.

Dentre os diversos exemplos de casos positivos da contribuição da IG no turismo estão os casos da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, e de Paraty, no Rio de Janeiro. O destino do Sul destaca-se pela viticultura, com vinícolas que contribuem para o desenvolvimento turístico local, sendo o Vale dos Vinhedos um dos locais com indicação de procedência voltada para os vinhos. Já Paraty, classificado como município turístico categoria A da zona da Costa Verde no Rio de Janeiro, possui a cachaça como produto de indicação de procedência e, concomitantemente, impulsionador da atividade turística no destino, oferecendo até um festival anual de cachaça no local. Ambos atraem o envolvimento da comunidade local, além dos setores públicos e privados, como o investimento em hospedagens, restaurantes, infraestrutura, criação de roteiros turísticos oficiais e divulgação do destino, tendo como tema principal as indicações geográficas relacionadas aos mesmos. (NASCIMENTO; NUNES; BANDEIRA, 2012). Observa-se, dessa forma, que as relações entre IG e turismo podem agregar valores importantes que, quando bem planejados e desenvolvidos, geram benefícios para os setores econômicos, sociais, culturais e representativos nas mais diversas escalas existentes no âmbito desta atividade.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes mesmo das questões relacionadas com a Indicação Geográfica e suas contribuições para o turismo em Nazaré das Farinhas-BA, é importante perceber como a cidade se reconhece na sua atividade turística atualmente. Para isso, foi realizada uma entrevista com a turismóloga da cidade, a Sra. Andreia Souza, formada pela Fundação Visconde de Cairu, e que está na Secretaria de Cultura e Turismo de Nazaré desde 2017. O fato de atuar na Secretaria em sua área de formação acadêmica exprime uma positiva relação no que tange à possibilidade de contribuição ao setor. Em razão disto, a mesma passeia pela cidade em sua explanação como é possível verificar no quadro abaixo:

Quadro 2 – Nazaré através do olhar da turismóloga da cidade

NAZARÉ-BA, CIDADE HISTÓRICA
<p>Aqui na cidade nós temos muitos prédios históricos, temos três igrejas tombadas pelo IPAC, entre elas a Igreja da Conceição que foi denominada igreja imperial, onde foi celebrada a missa na noite em que Dom Pedro II estava aqui, o prédio onde é a Câmara Municipal, foi onde se hospedaram Dom Pedro II e Rui Barbosa e agora estamos trabalhando para trazer o turismo religioso, devido ao monumento Jesus de Nazaré.</p>
NAZARÉ DAS FARINHAS-BA
<p>É um nome fictício, veio por causa exatamente da farinha de mandioca, que a exportação era muito grande. É usado para propaganda, para conhecimento, mas o nome mesmo é Nazaré. Tem muita gente mesmo que nem gosta de usar, tem gente que acha que deve ser só Nazaré. Acho que para certas coisas têm que ser Nazaré das Farinhas, eu chego a São Paulo e as pessoas perguntam: Você é de onde? Eu digo: Nazaré! E as pessoas dizem: Ah, Nazaré das Farinhas! Então é a identidade dela.</p>
NAZARÉ E A CULTURA DA MANDIOCA
<p>A maioria das pessoas da zona rural vive do plantio e comercialização da mandioca e seus derivados, um fator importante é que é produzido pelas famílias e passado de pai para filho. O foco aqui da cidade é a Feira de Caxixis que já tem uma tradição de 300 anos, e na feira nós temos o espaço Tradição, reservado para parte da mandioca, contando com casa de farinha, eles fazem na hora, fazem produtos que vem da mandioca.</p>

Fonte: Souza (2022)

Elaboração: Próprios autores (2022)

A partir do exposto pela Sra. Andreia, é possível verificar que o município de Nazaré-BA apresenta um conjunto histórico-cultural importante. Assim como visto no marco teórico referenciado, os patrimônios que compõem a cidade e contam a sua trajetória proporcionam reconhecimento e identidade, como é possível verificar na figura 1:

Figura 1 – Parte dos atrativos turísticos da zona urbana de Nazaré-BA



Elaboração: Próprios autores (2022)

Durante a entrevista, Andreia afirma que, de acordo com o seu entendimento, Nazaré tem potencial para o Turismo Cultural, Turismo Rural e o Turismo Religioso. Este último deve-se por conta do monumento Jesus de Nazaré e das igrejas existentes na cidade, como é possível verificar na figura anterior. A igreja de São Roque, a antiga igreja e capela de Nossa Senhora de Nazaré de Camamu e a igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré são tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como o conjunto arquitetônico presente na cidade. O prédio onde hoje funciona a Câmara de Vereadores do município já serviu de hospedagem no período imperial para o Dom Pedro II e também para outros ilustres como o escritor Ruy Barbosa (BRASIL, 2005). É válido ainda destacar que a cidade dispõe de uma

sinalização turística que agrega os principais atrativos da cidade como é possível verificar na figura 2.

Figura 2 – Placa e mapa de sinalização turística



Elaboração: Próprios autores (2022)

Os dois primeiros segmentos citados, cultural e rural, têm ligação direta e/ou indireta com a cultura da mandioca no município, afinal, o tema esteve presente durante as explicações sobre a feira dos Caxixis, sobre o nome popular da cidade e sobre a relação da mesma com os moradores locais, destacando a produção rural não somente pelo seu valor comercial, mas também por conta da sua raiz cultural, evidenciando o modo de cultivar e transformar a mandioca em Farinha de Copioba, sabedoria transmitida de geração em geração, presente na memória local.

Para entender esse sentido da sabedoria cultural que atravessa gerações, a memória e a identidade, foi realizada uma visita à casa de farinha do Sr. Edvaldo Conceição do Nascimento, mais conhecido como Val, na zona rural de Nazaré-BA, a 13 km da zona urbana do município. A fazenda do senhor Val se chama Fazenda Tijuca (Figura 3) e fica no Sítio São Roque. Ele explica que aprendeu tudo que faz hoje quando ainda tinha oito anos, e o seu pai foi quem lhe ensinou o que já havia aprendido com o pai dele e assim por diante. Senhor Val, hoje com 51 anos, relatou que na família Nascimento nunca se fez outra coisa que não fosse relacionada à cultura da mandioca, e que esse saber-fazer ainda é transmitido para as novas gerações.

Figura 3 – Plantação de mandioca Fazenda Tijuca



Elaboração: Próprios autores (2022)

Utilizando as mandiocas do tipo corrente e do tipo cigana, as melhores para produção da Farinha de Copioba, segundo o próprio Sr. Val, este segue o aprendizado familiar em observar as fases da lua, plantando sempre três dias após a fase da lua nova e três ou quatro dias depois que a lua atinge a fase cheia. A produção não utiliza nenhum tipo de veneno ou inseticida, em contrapartida, já conta com alguns equipamentos eletromecânicos para minimizar os processos manuais. Entretanto, ainda é possível ver os itens de produção manual, guardados para apresentar aos mais novos da família como parte histórica da produção cultural da farinha (Figura 4).

Figura 4 – Parte da transformação da mandioca em farinha e equipamentos manuais em desuso



Elaboração: Próprios autores (2022)

Durante a entrevista, o senhor Val apresenta o processo completo realizado com a mandioca que, segundo ele, é uma mão de obra pesada e cansativa, como detalhado no fluxograma 1:

Fluxograma 1 – A Cultura da Mandioca na subsistência familiar rural



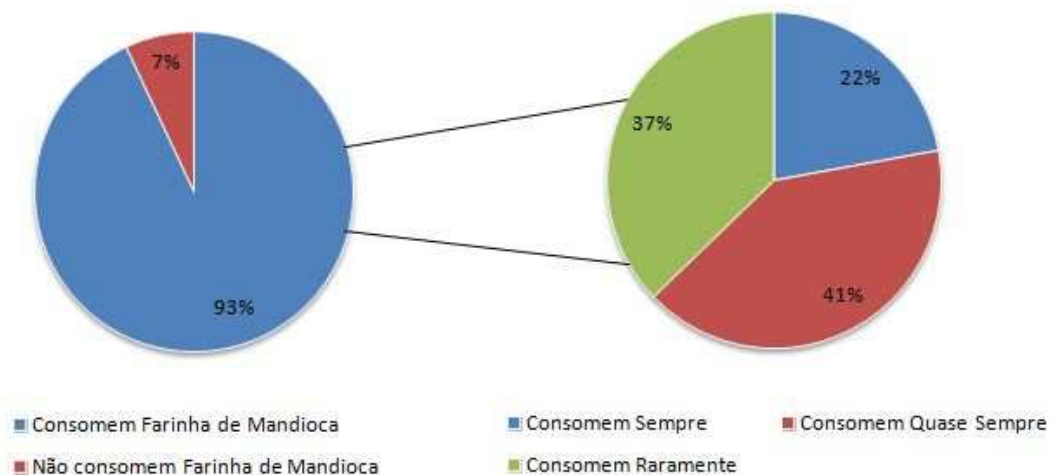
Fonte: Nascimento (2022)

Elaboração: Próprios autores (2022)

Diante disso, é possível verificar que o longo e cansativo processo destacado pelo entrevistado faz sentido, pois toda preparação da terra e processo para chegar à mesa do consumidor final demanda muito tempo, sabedoria e dedicação, sendo esta a sua única forma de ganho financeiro, o que reforça a questão da subsistência familiar através do cultivo da mandioca e produção da Farinha de Copioba até os dias atuais, ou seja, a cultura da mandioca.

A comercialização da farinha acontece em larga escala, sendo alimento muito consumido pelas pessoas, com percebe-se no gráfico 2:

Gráfico 2 – Consumidores e frequência de consumo da Farinha de Mandioca

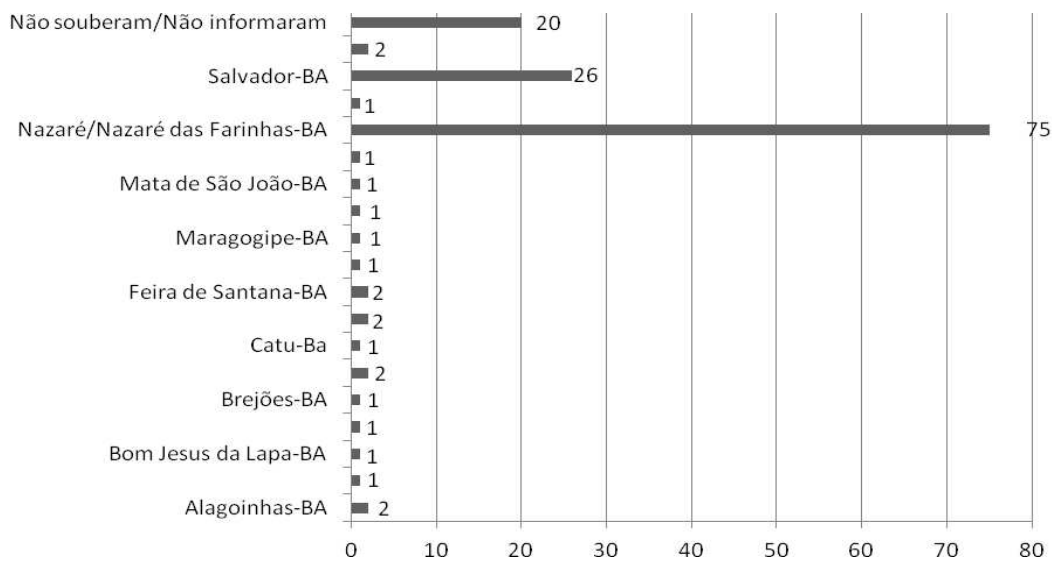


Fonte: Próprios autores (2022)
Elaboração: Próprios autores (2022)

As informações foram obtidas por meio do questionário aplicado de modo virtual com o público em geral e divulgado via redes sociais, que contou com 142 respostas, sendo participantes majoritariamente residentes no Estado da Bahia. Verificou-se que 93% das respostas, ou seja, 132 pessoas informaram que consomem farinha de mandioca e, dentre elas, mais de 60% confirmaram que este consumo ocorre sempre ou quase sempre em seus cotidianos. Trata-se de uma porcentagem significativa e que permite afirmar que a farinha de mandioca se faz presente em muitas mesas.

Quanto ao questionamento sobre de qual cidade o participante se recordava quando o assunto é farinha de mandioca de qualidade, o resultado foi ilustrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Memória da cidade com farinha de mandioca de qualidade



Fonte: Próprios autores (2022)

Elaboração: Próprios autores (2022)

Foi notável o destaque da cidade de Nazaré-BA na memória dos participantes desta pesquisa como o município que possui na farinha um produto de qualidade e reconhecimento. Sendo por diversas vezes na pesquisa mencionada com o seu nome popular de Nazaré das Farinhas, a localidade esteve presente em mais da metade das respostas que contou ainda com outras 17 cidades mencionadas, de dentro e de fora do Estado da Bahia.

Salvador foi a segunda cidade mais identificada pelos participantes. Destacando os municípios que compõem o território rural do Recôncavo Baiano, foram mencionados na coleta, além de Nazaré, os municípios de Santo Antônio de Jesus e Cachoeira – mencionados duas vezes cada um –, e o município de Maragogipe, com apenas uma resposta, lembrando que este último também faz parte do Vale do Copioba, juntamente com Nazaré e São Felipe, que, por sua vez, não foi mencionado pelos participantes na pesquisa.

O resultado aponta para uma ligação de identidade entre Nazaré e a farinha, tendo o seu nome popular ligado à atividade da cultura da mandioca, propulsora do processo de Indicação Geográfica. Processo este que pode proporcionar uma evidenciação, através da atividade econômica do produto agregado, no sentido de atividades como o turismo. Nesse sentido, pode-se visualizar na tabela 2 um contexto geral sobre os temas na visão dos participantes da pesquisa.

Tabela 2 – Cultura da mandioca, IG e Turismo

VOCÊ CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR EM CULTURA DA MANDIOCA?		
SIM	61	43%
NÃO	81	57%
VOCÊ CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR EM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG)?		
SIM	57	40%
NÃO	85	60%
VOCÊ TERIA INTERESSE EM CONHECER A PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA EM NAZARÉ-BA ATRAVÉS DE UM ROTEIRO TURÍSTICO CULTURAL NA CIDADE (ZONA URBANA E ZONA RURAL)?		
SIM	100	70%
TALVEZ	39	27%
NÃO	3	3%

Fonte: Próprios autores (2022)

Elaboração: Próprios autores (2022)

As respostas sugerem o pouco conhecimento sobre os temas da cultura da mandioca e da Indicação Geográfica pelos participantes, o que leva a entender que suas dimensões e impactos devem ser mais discutidos no âmbito social para obter uma maior notoriedade, reconhecimento e também participação popular. Em contrapartida, a ideia da realização de um roteiro turístico com a temática cultural da farinha em Nazaré atraiu quase os 100% dos respondentes, tendo apenas três negações imediatas para tal atividade, o que demonstra o interesse em conhecer de perto os processos, o modo de fazer, como forma de experiência no destino turístico de Nazaré das Farinhas-BA, reafirmando o poder de ligação entre os saberes e fazeres populares, a IG e o próprio turismo, como forma de alinhamento destes processos.

6.1 O atual cenário da IG da Farinha de Copioba e possibilidades turísticas para a região

A organização social é um importante processo em tudo que envolve bens culturais, naturais, históricos e a economia de uma localidade. Todavia, tal organização muitas vezes enfrenta gargalos que precisam ser acompanhados de perto para uma rápida resolução a partir de tomadas de decisões dinâmicas por parte dos gestores e da comunidade local envolvidos no processo. Com a IG da Farinha de Copioba não acontece de maneira diferente, como observa-se nas dificuldades apresentadas no fluxograma 2.

Fluxograma 2 – Dificuldades para registro da IG da Farinha de Copioba



Fonte: Nascimento Filho; Sousa (2022)

Elaboração: Próprios autores (2022)

Das quatro grandes dificuldades destacadas na ilustração anterior, apenas a primeira já foi superada, de acordo com Edson Nascimento, Gerente de Agricultura de Nazaré e um dos gestores no processo do IG na região. No ano de 2021, após dois anos de debates, foram definidos os nove municípios que contemplarão o território: Nazaré, São Felipe, Maragogipe, Conceição do Almeida, Muniz Ferreira, São Félix, Cachoeira, Cruz das Almas e Dom Macedo Costa. Os demais desafios continuam em discussão, ainda não foi definido se a cooperativa dos agricultores será uma já existente, utilizando a associação do município de São Felipe, ou se será criada uma

nova. Em relação às normas técnicas, será criado um caderno de especificações para orientar e apoiar exigências sanitárias, com áreas limpas e áreas sujas, melhores condições estruturais e ainda formação e capacitação tanto para a parte estrutural das casas de farinha, quanto para a produção e apresentação do produto na comercialização, que deverá contar com código de barras e a marca do selo na embalagem.

A professora Tânia Sousa, também gestora envolvida no processo da IG, alerta ainda para a dificuldade tecnológica que atinge os produtores rurais, seja pela falta de contato com este tipo de comunicação ou inexistência de acesso ao mesmo, fazendo com que os agricultores tenham preferência pela reunião presencial, o que, por sua vez, não foi possível durante mais de dois anos de estado pandêmico mundial. Todo esse lento processo, ainda segundo a professora Tânia, fez com que a empolgação inicial dos debates e apresentação do projeto junto aos agricultores, cedesse lugar à desmotivação por parte dos mesmos. Desta forma, o direcionamento do projeto está no resgate da confiança desses agricultores, parte primordial no seguimento de todo o processo.

O professor Ednilson Andrade, pesquisador de casas de farinha de Copioba, em sua participação, reafirmou a dificuldade com base na organização social do processo da IG, porém, pontuou a questão histórica na região. De acordo com o professor, o colonialismo que operou por muito tempo no território do Recôncavo Baiano interfere na construção de uma nova visão de mercado, tendo como base o associativismo e o cooperativismo. Entretanto, ele afirma que percebe uma boa vontade política do município de Nazaré, principalmente em relação às pesquisas realizadas, aos alinhamentos com a comunidade local produtora e às ações em prol do bem cultural. Prova disto é a recente decisão da gestão municipal em transformar a Farinha de Copioba em patrimônio imaterial do município.

O destaque de Nazaré diante do registro de IG, de acordo com Edson Nascimento, vai além da questão quantitativa e qualitativa do produto, apresentando em sua história uma importância primordial, refletida no seu nome popular e marcando presença em 80% das mesas das famílias rurais do município, que sobrevivem da produção de farinha e dos demais derivados da mandioca. O gestor considera que Nazaré é a mola propulsora na IG da Farinha de Copioba, tendo a mesma em sua construção histórica e social. A professora Tânia acrescenta a esse pensamento, ao lembrar-se da importância histórica da produção de farinha em Nazaré, sendo a

mesma usada como moeda de troca, como alimento dos soldados na Segunda Guerra Mundial e até mesmo como presente de valor para o casamento de uma das filhas do Imperador quando a sede do império era na Bahia.

Já o professor Ednilson colocou a questão territorial estratégica de Nazaré como parte de seu destaque sobre as demais localidades envolvidas no processo da IG, além da inserção da Farinha de Copioba como produto turístico de importantíssimo valor agregado aos atrativos já existentes no município, tais como as paisagens, os patrimônios arquitetônicos e os eventos culturais já reconhecidos, possibilitando assim a construção de rotas ou roteiros turísticos.

Tendo em vista essa movimentação, tanto de mercado econômico, turístico, quanto de valorização cultural, a IG pode proporcionar ao município de Nazaré-BA e aos demais participantes deste registro, possibilidades significativas conforme destacadas no fluxograma 3:

Fluxograma 3 – Processos positivos do registro da IG da Farinha de Copioba



Fonte: Nascimento Filho e Sousa (2022)

Elaboração: Próprios autores (2022)

De acordo com os professores Edson e Tânia, o processo da IG tende a gerar os benefícios citados. Eles afirmaram que a notoriedade da IG tem uma amplitude em nível mundial e tal evidência influenciará numa cadeia importante para a economia, através das expectativas das atividades comerciais e turísticas na região e, concomitantemente, contribuirá para um ganho social nos municípios em questão. Tânia, ao destacar o Turismo de Experiência, relatou que tal prática deve ser efetuada para fugir do turismo convencional de Sol e Praia aplicado de maneira desgastante em grande parte da Bahia. Sua posição alinha-se com o proposto no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do MTur, que objetiva a descentralização da atividade turística em apoio a localidades com possibilidades de atividades turísticas significativas, através de promoções da mesma e apoios financeiros que possibilitem a construção e/ou melhorias dos equipamentos turísticos, dentre outros aspectos.

O gestor Edson destacou três localidades para o destino turístico de Nazaré com características favoráveis para implementação da atividade através da notoriedade da Farinha de Copioba, são elas: a comunidade de Copioba Açú, que possui 35 casas de farinha, onde está sendo construída a casa de farinha do senhor Roque Mário, uma casa planejada para seguir as especificações do futuro caderno de normas técnicas; a localidade de Copioba Mirim, com 5 casas de farinha; e, por fim, a localidade do Rio Grande do Camarão, com 20 casas de farinha. Todos os espaços possuem atrativos naturais agregados como mata atlântica, cachoeiras, paisagens e experiências únicas.

As possibilidades turísticas descritas pelos gestores e professores animam para a questão do planejamento da atividade turística no município e localidades vizinhas, tendo Nazaré como destino indutor desta atividade, impulsionando assim uma organização e até mesmo captação de recursos maiores, que possibilitem a real evidência do turismo no município, elevando o mesmo na relação da categorização turística da zona da Baía de Todos os Santos (BTS), conforme apresentando anteriormente no quadro 1.

Entretanto, é importante destacar que a relação entre IG e turismo, conforme referenciado no marco teórico e evidenciado nos resultados, pode funcionar como uma propulsão inicial e não como uma questão de causa e efeito. Sendo necessário investimentos em infraestrutura para atender tanto aos moradores locais quanto para os visitantes possibilitando, assim, aos poucos e de maneira planejada, uma maior estruturação e efetivação da atividade turística, levando em conta seus aspectos culturais, equipamentos e atrativos já existentes.

De acordo com Santiago (2011) os órgãos públicos e os setores privados interessados precisam estar mobilizados em todas as fases do planejamento da atividade turística, seja no envolvimento dos processos de implantação técnica, pedagógica, econômica, social ou ambiental. Muller e Silva (2011) acrescentam que sempre deve-se contar também com a participação da população local neste processo, lembrando que o turismo só é bom para o turista quando é bom também para a comunidade local. Acrescenta-se ainda que todos estes processos exigem fases importantes, destacando o inventário turístico, uma espécie de retrato da realidade de tudo que se refere à atividade turística no destino, como principal elemento para o planejamento, apontando as necessidades estruturais básicas, atrativos, dentre outros aspectos importantes para o turismo.

Como primeiro passo, o registro da IG da Farinha de Copioba e a notoriedade consequentemente gerada é de suma importância para a abertura do direcionamento do turismo para Nazaré das Farinhas-BA, por ser esta uma possibilidade para o incremento no desenvolvimento do destino em questão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, no desenvolvimento da pesquisa, que a cultura da mandioca, iniciada no período escravocrata pelos povos originários e ainda presente na região do Vale do Copioba e adjacências, promove uma notoriedade que necessita ser evidenciada através de projetos e ações contundentes, afinal, a mesma representa a construção histórica da sociedade que vai além da região descrita. Através desta cultura, a população sobrevive, como visto na Fazenda da Tijuca na zona rural do município de Nazaré-BA, localidade de paisagem privilegiada e de produção familiar agrícola importante para a economia da região e para própria subsistência da comunidade local. O plantio de mandioca, seu cultivo e a transformação em derivados alimentícios fazem da Farinha de Copioba, patrimônio imaterial do município de Nazaré, o principal produto histórico-cultural, por seu modo de fazer, pela qualidade reconhecida e ainda pelos conhecimentos transmitidos de geração em geração.

O município de Nazaré impulsiona a notoriedade da produção e comercialização da Farinha de Copioba gerando assim uma justificativa, deveras merecida, para o registro de Indicação Geográfica de procedência da mesma, o que trará contribuições importantes para as comunidades locais dos nove municípios integrados ao projeto. Desta forma, além da comercialização do produto, cria-se uma mola propulsora para o planejamento e implementação da atividade turística em toda região.

Como verificado, Nazaré das Farinhas tem um maior destaque em relação às demais cidades que estão definidas para a obtenção do registro da IG. A questão histórica, o envolvimento significativo da construção da própria cidade, seus atrativos já existentes e sua localização estratégica possibilitam uma oportunidade de desenvolvimento da cadeia turística. Reunindo aspectos já pertencentes à cidade e melhorando os elementos essenciais para um maior fluxo da atividade turística, apresentando rotas e roteiros com base nos segmentos de Turismo Rural, Turismo Cultural, Turismo de Experiências associados à Indicação Geográfica, Nazaré poderá apresentar novas diretrizes e possibilidades para uma maior inserção no mercado e para as instâncias maiores de gestão do turismo na Bahia e no Brasil.

Percebeu-se esse interesse por parte dos gestores e estudiosos de Nazaré, ligados ou não à solicitação do registro de selo da IG. Apesar de todos os desafios descritos, eles visualizam as oportunidades e contribuições que o processo oferece,

preenchendo assim o desejo dos gestores locais em garantir o segmento e confirmar os ganhos econômicos, através do produto intelectual agregado e dos benefícios sociais com base na notoriedade, representação e evidência das memórias e identidade histórica pertencentes à comunidade local que se movimenta através da cultura da mandioca.

Os resgates, desafios, oportunidades, barreiras, evidências e as limitações são realidades ainda em debate, portanto, é válido mencionar que a pesquisa não se esgota neste trabalho acadêmico, permanecendo aberta, assim como o processo de Indicação Geográfica da Farinha de Copioba. Além disso, destacou-se também a importância do planejamento por parte dos gestores ligados à atividade, tanto no âmbito federal, com a descentralização a partir da aplicação do projeto de regionalização turística, quanto em escala municipal, partindo do princípio do interesse público local, uma estruturação válida para o turismo no intuito de aproveitar as possibilidades que serão geradas através da notoriedade do registro da IG da Farinha de Copioba, eliminando a ideia imediatista e buscando, outrossim, uma organização turística de médio a longo prazo. Com isso, a pesquisa possibilita também novos desdobramentos no que tange aos temas de planejamento do turismo no destino turístico de Nazaré, na própria organização social, cultural e política do município e demais aspectos relacionados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. Subsídios Teóricos do Conceito Cultura para Entender o Lazer e suas Políticas Públicas. **Conexões**. [S.l]: conexões, v.2, n.1, 2004. p. 48-63.

AVILA, M. A. Política e Planejamento em Cultura e Turismo: Reflexões, Conceitos e Sustentabilidade. AVILA, M. A. (org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

AZEVEDO, A. Recôncavo da Bahia: Estudo de Geografia Regional. **Revista da Universidade de São Paulo** São Paulo: USP, 1950. p. 141-162.

BAHIA. **Mapa turístico**. [S.l]: Observatório do Turismo da Bahia, 2019. Disponível em: <http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/mapa-turistico/#page-content>. Acessado em: 16 abr. 2020

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Recôncavo**. Cruz das Almas: Secretaria do Planejamento, 2017.

BARRETO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BOECHAT, A. M. F.; ALVES, Y. B. O uso da indicação geográfica para o desenvolvimento regional: o caso da carne do pampa gaúcho. **Anais [...] VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, Centro Universitário de Maringá, Maringá, PR.**

BRANCO et al. Indicações Geográficas (IGS) como ferramenta para desenvolvimento regional: uma prospecção tecnológica sobre IGS relacionadas à Farinha e Mandioca; e o Potencial da IG da Farinha de Mandioca Copioba do Recôncavo Baiano. **Revista GEINTEC**. São Cristóvão-SE, 2013. Vol. 3, n. 5, p. 205-220

BRASIL. Decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994. Promulga a ata final que incorpora os resultados da rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Brasília, DF: Casa Civil, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Monumenta, sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura. Cadernos técnicos 3, 2005. p. 299-305.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil territorial: Recôncavo-BA.** Brasília-DF: CGMA, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_187_Rec%C3%83%C2%B4ncavo%20-%20BA.pdf. Acessado em: 16 abr. 2020

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadernos de Turismo.** Brasília-DF: Mtur, 2017. Disponível em: <HTTP://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-se-regionalizazao-do-turismo.html>. Acessado em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro – Perguntas e Respostas.** Brasília-DF: MTur, 2016.

CASTELLUCCI JUNIOR, W. Entre Veredas e Arrabaldes: Histórias de Escravos e Forros na Comarca De Nazaré. Bahia, 1830-1850 **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 39, 2009.

CASTELLUCCI JUNIOR, W; SOUZA, E. M. O; BARRETO, V. Q. **Entre veredas e arrabaldes: escravos e libertos na comarca de Nazaré das Farinhas durante o Oitocentos e no pós-abolição.** Cruz das Almas: EDUFRB, 2016.

CERDAN, C. M. T. et al. Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica. Florianópolis: FUNJAB, ed. 4, 2014.

CHIMENTO, M. R. **Indicação geográfica na imprensa: Cenário e desafios.** 2015. Tese (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação). Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, Rio de Janeiro, 2015.

EMBRAPA. **Pesquisa seleciona farinha de Copioba da Bahia preferida pelo consumidor.** 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8841063/pesquisa-seleciona-farinha-de-copioba-da-bahia-preferida-pelo-consumidor>. Acesso em: 16 abr. 2020.

FERREIRA, J. C. **Sociedade, cultura e identidade em Vidas Secas, de Graciliano Ramos e Os Magros, de Euclides Neto.** 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** São Paulo: Atlas, ed. 4, 2022.

GUIMARÃES, F. A. M. **A cultura da mandioca no Brasil e no mundo: um caso de roubo da história dos povos indígenas.** ANPUH: Feira da Santana. 2016.

GURGEL, A. V. Aspectos Jurídicos da Indicação Geográfica, 2005. In: LAGES, V.;

IBGE. **Cidades**. Brasília-DF: Instituto Nacional de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nazare/panorama>. Acessado em: 17 abr. 2020.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. Rio de Janeiro: Senac, ed. 3, 2013.

JESUS, R. C. de. Tradição e tradução: identidade, cultura e memória. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2010, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24724.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LAGARES, L; BRAGA, C. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: Indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: Sebrae, 2005.

MAIORKI, G. J; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Revista Interações**. Campo Grande: Interações. v. 16, n. 1, 2014. p. 13-25.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, ed. 5, 2003.

MULLER, R; SILVA, R. B. S. da. **Planejamento e organização do turismo**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. DA G. A. A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região. **Revista Geintec**, v. 2, n. 4, p. 378–386, 2012.

PELEGRINI, S. C. A; FUNARI, P. P. **O que é Patrimônio Imaterial?** Tatuapé-SP: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, J. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Scielo, v.37, n. 75, 2017. p 69-95.

SANSOLO, D. G; CRUZ, R. de C. A. da. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro: UFRJ, vl. 3, n. 4, 2003, p. 1-6. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115417955001.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

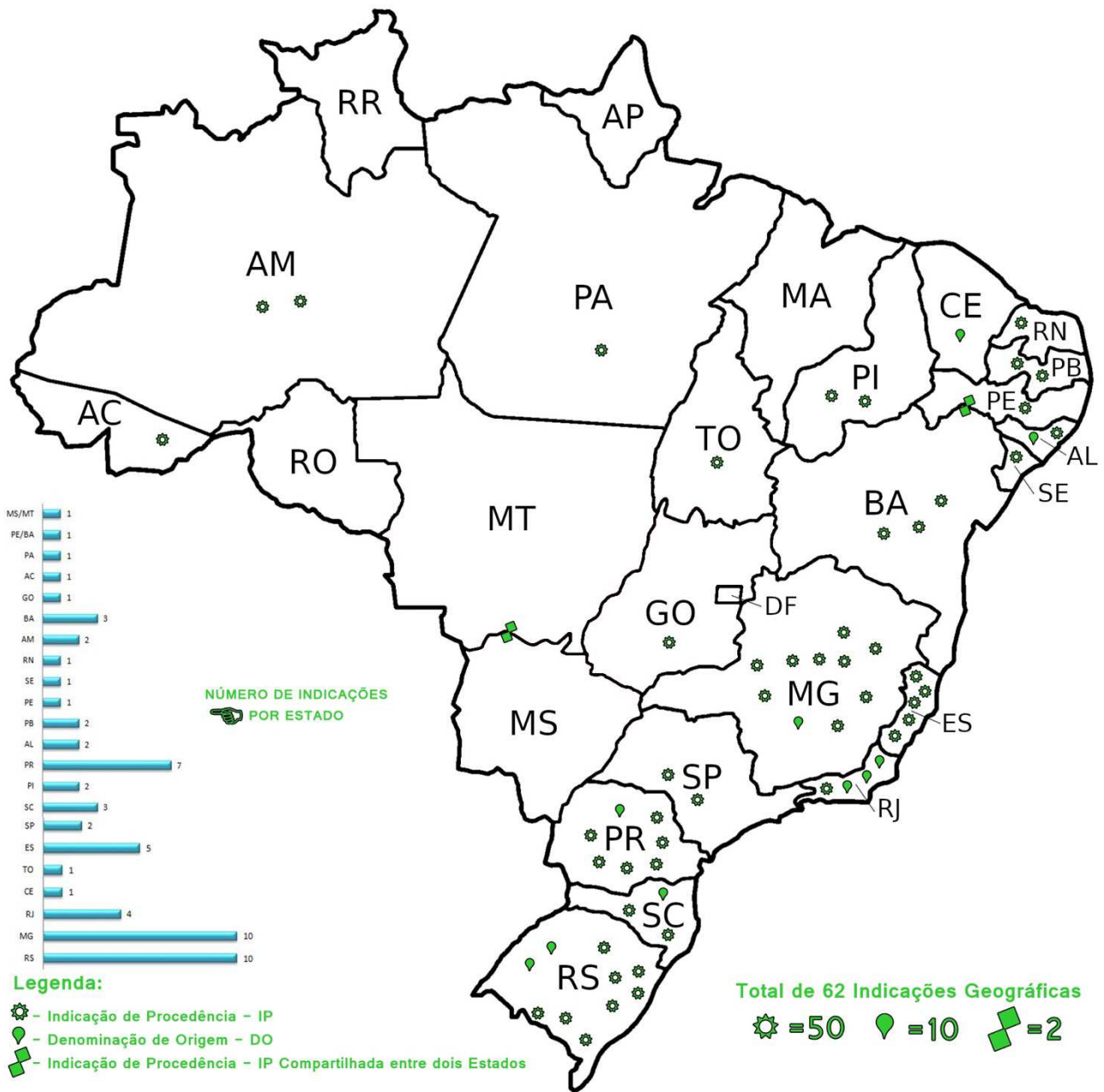
SANTIAGO, R. S. A cidade de Igarassu e o desafio do Turismo. Indaial: UNIASSELVI, 2011. In: MULLER, R; SILVA, R. B. S. da. **Planejamento e organização do Turismo**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

SANTOS, F. S. **Permanências e transformações territoriais**: a mandiocultura e o desenvolvimento socioeconômico no Recôncavo Baiano. Salvador: UCSAL, 2015.

SILVA, I. R. C da. **A cadeia produtiva da farinha de mandioca (*manihot esculenta crantz*) do Vale da Copioba-BA: atores sociais, tecnologias e a segurança do alimento.** Dissertação (Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Farmácia, 2014.

SOENTGEN, J; HILBERT, K. A química dos povos indígenas da América do Sul. **Química Nova.** Porto Alegre: Scielo. Vol. 39, n.9, 2016. p. 1141-1150.

APÊNDICE A – Mapa das Indicações Geográficas no Brasil



Fonte: IGBE (2019)
 Elaboração: Próprios autores (2020)

APÊNDICE B – Entrevista presencial Turismóloga



Departamento de Ciências Humanas – Campus I
Curso de Turismo e Hotelaria

Discentes: Diego da Hora Nascimento e Leonardo Lopes Pinto
Orientadora: Natalia Coimbra de Sá / Coorientadora: Carla Oliveira

Objeto: Entrevista com a Turismóloga da Cidade de Nazaré

Metodologia: Entrevista realizada em formato de Temas (10 Temas) para respostas livres – Solicitar gravação de áudio

ENTREVISTA

- 1) Apresentação pessoal
- 2) Uma turismóloga na cidade (O que faz, demanda profissional)
- 3) A cultura na cidade de Nazaré
- 4) Relação entre a mandioca e a população local, tanto rural quanto urbana
- 5) O nome Nazaré das Farinhas (Histórico e atualidade)
- 6) Políticas públicas voltadas para a cultura da mandioca
- 7) Eventos e/ou espaços sobre a cultura da mandioca na cidade (museu, casas de referência, festividade)
- 8) Potencial turístico de Nazaré
- 9) Estrutura turística da cidade de Nazaré
- 10) Roteiro turístico com o tema Cultura da Mandioca em Nazaré

APÊNDICE C – Entrevistas remotas sobre a IG



Departamento de Ciências Humanas – Campus I
Curso de Turismo e Hotelaria

Discentes: Diego Da Hora Nascimento e Leonardo Lopes Pinto
Orientadora: Natalia Coimbra De Sá / Coorientadora: Carla Oliveira

Objeto: Entrevista com envolvidos no processo da IG em Nazaré – Professor Ednilson Andrade; Professora Tânia Sousa; Professor Edson Nascimento
Metodologia: Entrevista realizada em formato de questionário para explanação (6 questões) sobre o tema ligado à IG em Nazaré das Farinhas.

ENTREVISTA

- 1 – Quais os critérios para a escolha da Farinha de Mandioca do Vale do Copioba, quanto à Indicação Geográfica e qual o atual cenário do andamento do processo, o pedido já foi formalizado ou está parado?
- 2 – Quais as maiores dificuldades encontradas para cumprir com todas as exigências legais e garantir o registro da IG da Farinha de Mandioca do Vale do Copioba?
- 3 – Dos três municípios que compõem o Vale do Copioba, Nazaré é o único que possui a palavra “Farinha” em seu nome popular. De maneira geral, quais os benefícios que a Indicação Geográfica pode trazer para o município?
- 4 – A partir da aprovação do selo, já existe, de uma maneira geral, algum projeto ou plano de ação para ser aplicado em conjunto com os órgãos municipais e a comunidade local?
- 5 – A partir da aprovação da IG da Farinha de Mandioca, tem-se em vista alguma Rota ou Roteiro Turístico tendo o Vale do Copioba com tema?
- 6 - Dentre os municípios do Vale do Copioba, algum poderia ser indutor na questão turística, em relação à IG da farinha de mandioca?

APÊNDICE D – Entrevista presencial zona rural de Nazaré-BA



Departamento de Ciências Humanas – Campus I
Curso de Turismo e Hotelaria

Discentes: Diego da Hora Nascimento e Leonardo Lopes Pinto
Orientadora: Natalia Coimbra de Sá / Coorientadora: Carla Oliveira

Objeto: Entrevista com produtores de Mandioca da Zona Rural
Metodologia: Entrevista realizada em formato de temas (10 Temas) para respostas livres – Solicitar gravação de áudio.

ENTREVISTA

- 1) Apresentação pessoal
- 2) Como aprendeu a cultivar a mandioca?
- 3) Qual o tipo de mandioca plantada hoje?
- 4) Existe um período para a plantação?
- 5) Quais ferramentas são utilizadas hoje para o plantio e cultivo da mandioca?
- 6) O processo de transformação da mandioca em Farinha de Mandioca
- 7) Já recebeu ou recebe visitantes interessados em entender mais sobre a mandioca e/ou a Farinha de Mandioca de Nazaré?
- 8) Importância da mandioca para a família e para o município
- 9) Quais técnicas são utilizadas na preparação do solo?
- 10) Como acontece a comercialização da mandioca e seus derivados?
- 11) Caso não tivesse a cultura da mandioca no local como principal fonte de renda, o que faria?

APÊNDICE E – Questionário online Google Forms

Pesquisa Acadêmica - TCC

Olá, seja muito Bem Vindx!!

Antes de começar, agradecemos o seu interesse em contribuir com esta pesquisa!

A pesquisa a seguir tem o objetivo acadêmico, sendo assim, será utilizada na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduandos em Turismo e Hotelaria na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus I Salvador.

Destacamos que seus dados pessoais não serão divulgados e não existem respostas certas e/ou erradas, apenas buscamos sua opinião sobre as questões abaixo.

Graduandos: Diego da Hora; Leonardo Lopes

Orientadora: Prof. Natália Coimbra

Coorientadora: Prof. Carla Oliveira

Abraços Turísticos!

***Obrigatório**

1. E-mail*

2. Sexo*

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Femenino
- Outro/Prefiro não informar

3. Faixa etária*

Marcar apenas uma oval.

- Até 18 anos
- Entre 18 e 23 anos
- Entre 24 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 54 anos
- 55 anos ou mais

4. Qual o seu país de origem? *

5. Em qual Estado você reside atualmente? *

6. Em qual cidade você reside atualmente? *

7. Você é consumidor de Farinha de Mandioca? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. Com qual frequência você consome Farinha de Mandioca? *

Marcar apenas uma oval.

Sempre

Quase sempre

Raramente

Nunca

9. Qual cidade do Brasil você pensa primeiro quando o assunto é Farinha de Mandioca *
de Qualidade?

10. Você conhece ou já ouviu falar em Cultura da Mandioca? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

11. Você conhece ou já ouviu falar em Indicação Geográfica? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

12. Você teria interesse em conhecer a produção de Farinha de Mandioca em Nazaré - BA através de um roteiro turístico cultural na cidade (zona urbana e zona rural)? *

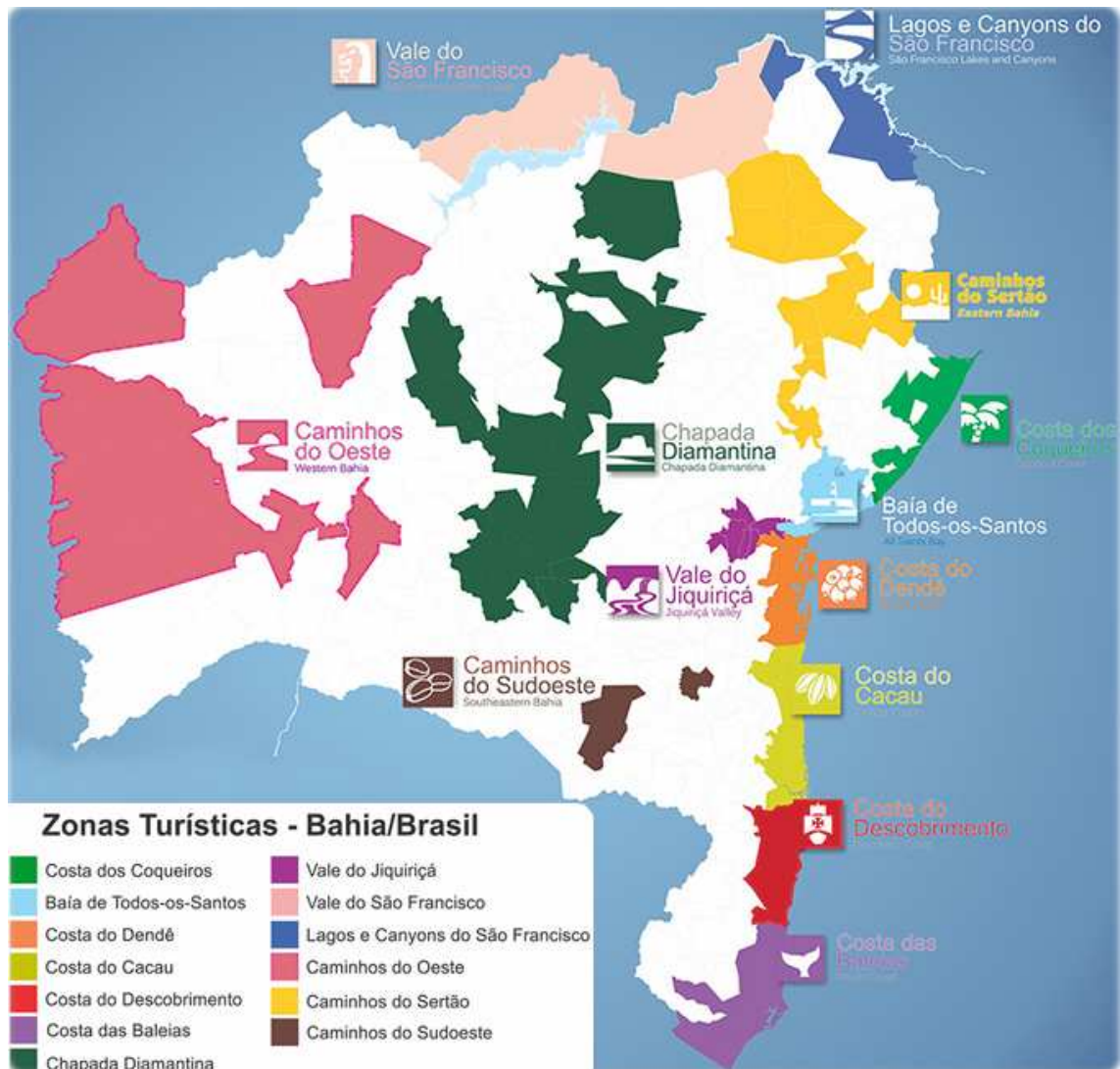
Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO 1 – Mapa das 13 Zonas Turísticas do Estado da Bahia



Fonte: Bahia, 2019